



SUMÁRIO

DECRETO

Página.....01/04

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROBERTO – MA DECRETO Nº 07 DE 25 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre regras de funcionamento de atividades econômicas e do serviço público no Município de São Roberto em razão da prevenção e combate a COVID-19 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO ROBERTO, Estado do Maranhão no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com a Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que é competência do Chefe do Poder Executivo, dentro do princípio do interesse público, e com base da Lei Orgânica do Município de, expedir decretos para regulamentar as leis, com vistas a resguardar e promover o bem-estar da coletividade;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 188, de 03.02.2020, por conta da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), declarou estado de Emergência (Calamidade) em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN;

CONSIDERANDO que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais nº 35.672, de 16.03.2020, que dispôs, no âmbito do Estado do Maranhão, sobre as medidas de calamidade pública em saúde pública de importância internacional e suas alterações, em especial o Decreto nº. 35.731 de 11 de abril de 2020;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de disciplinar, no âmbito do Município de São Roberto, as regras, procedimentos e medidas de funcionamento das atividades econômicas e públicas diante da epidemia enfrentada;

CONSIDERANDO o que já foi determinado nos Decretos municipais de número 04. 05 e 06;

DECRETA:

Art. 1º Fica mantida a prática do distanciamento social, como forma de evitar a transmissão comunitária da COVID-19 e proporcionar o achatamento da curva de proliferação do vírus no Município de São Roberto.

Art. 2º Obrigatoriamente devem permanecer em isolamento social (em casa):

- I- pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
- II- crianças (0 a 12 anos);
- III- imunossuprimidos independente da idade;
- IV- portadores de doenças crônicas;
- V- gestantes e lactantes.

Art. 3º É obrigatório, em todo o Município de São Roberto, o uso massivo de máscaras de proteção, descartáveis, caseiras ou reutilizáveis, como medida não farmacológica destinada a contribuir para a contenção e prevenção da COVID-19, infecção humana causada pelo Coronavírus (SARS - CoV-2).

Parágrafo Único - Será obrigatório o uso massivo de máscaras, a partir de 25 de maio de 2020, de qualquer espécie, inclusive de pano (tecido), confeccionada manualmente:

- I- para uso de transporte compartilhado de passageiros;
- II- para acesso aos estabelecimentos considerados como essenciais (supermercados, mercados, farmácias, entre outros);
- III- para acesso aos estabelecimentos comerciais;
- IV- para o desempenho das atividades em repartições públicas e privadas.
- V - por qualquer um que sair às ruas

Art. 4º Podem permanecer em atividade (abertos) as empresas de serviços essenciais, tais como, supermercados, frigoríficos, farmácias entre outros;

Parágrafo único - É responsabilidade das empresas:

I - fornecer máscaras, ainda que de tecido, para todos os funcionários, em até 5 (cinco) dias, a contar da publicação desse decreto;

II - controlar a lotação:

- a) de 1 (uma) pessoa a cada 3 (três) metros quadrados do estabelecimento, considerando o número de funcionários e clientes;
- b) organizar filas com distanciamento de 2 (dois) metros entre as pessoas, por meio de marcação no solo ou uso de balizadores, interna e externamente, se necessário;
- c) controlar o acesso de entrada;
- d) controlar o acesso de apenas 1 (um) representante por família (mercados, supermercados e farmácias);
- e) manter a quantidade máxima de 5 (cinco) pessoas por guichê/caixa em funcionamento (mercados, supermercados e farmácias);

III - manter a higienização interna e externa dos estabelecimentos com limpeza permanente;

IV - adotar, sempre que possível, aplicativos para entregas a domicílio (delivery).

V - priorização para trabalho remoto para atividades administrativas, quando possível;

VI - adotar o monitoramento diário de sinais e sintomas dos colaboradores/empregados, e na hipótese de suspeita de gripe ou covid-19, deve ser enviado o colaborador para casa, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 5º Restaurantes e lanchonetes poderão atender ao público, a partir desta data, cumprindo obrigatoriamente com os seguintes requisitos, sob pena de fechamento compulsório:

I - lotação de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do local;

II - reduzir número de mesas e manter distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre cada mesa;

III - suspender a utilização do sistema de buffet (self service), adotando práticas de servir aos clientes sem estes terem acesso aos utensílios de uso coletivo e filas;

IV - fornecer máscaras para todos os funcionários;

VI - determinar o uso pelos funcionários de tocas e máscaras no manuseio de alimentos e utensílios;

VII - fornecer álcool em gel ou álcool 70% (setenta por cento) ou local para higienização das mãos com sabão para todos os usuários;

VIII - higienizar copos, pratos e talheres da maneira correta;

IX - os empregados que manipularem itens sujos, como restos de alimentos sempre deverão fazer uso de luvas;

X - manter a higienização interna e externa dos estabelecimentos com limpeza permanente;

XI - dispor de detergentes e papel toalha nas pias;

XII - higienizar os sanitários constantemente e dispor de sabonete líquido, papel toalha e lixeiras.

XIII - organizar filas com distanciamento de 2 (dois) metros entre as pessoas, por meio de marcação no solo ou uso de balizadores, interna e externamente, se necessário;

XIV - priorização para trabalho remoto para atividades administrativas, quando possível;

XV - adotar o monitoramento diário de sinais e sintomas dos colaboradores/empregados, e na hipótese de suspeita de gripe ou Covid-19, deve ser enviado a colaborador para casa, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 6º Fica mantido o fechamento de bares, determinado no Decreto nº 04, 05 e 06, sendo autorizado somente a entrega de alimentos a domicílio (delivery), retirada no balcão (drive-thru), observando todas as regras de higiene e etiqueta determinadas pela Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde.

Art. 7º Os estabelecimentos comerciais (aqueles serviços que não são considerados como essenciais) não poderão retornar suas atividades de atendimento ao público até segunda ordem, podendo operar somente pelo sistema de atendimento (delivery), conforme artigo 8º;

Art. 8º Fica permitido ao comércio em geral, varejista e atacadista a operar pelo sistema de entrega a domicílio (delivery) durante segunda a sábado, sendo imprescindível a adoção de medidas de prevenção e enfrentamento a COVID-19.

Art. 9º Fica proibido a abertura de atividade não essenciais com aglomeração de pessoas tais como, academias, centros esportivos em geral.

Art. 10º Fica proibido à entrada de vendedores ambulantes e cobradores de outros municípios.

Art. 11º Fica estabelecido que as instituições bancárias e lotéricas que poderão manter atendimento presencial de usuários, desde que observado:

- a) lotação máxima de 1 (uma) pessoa a cada 3 (três) metros quadrados;

b) marcação no solo ou uso de balizadores das filas com distanciamento de 02 (dois metro) entre as pessoas, dentro e fora do estabelecimento;

c) manter a higienização interna e externa dos estabelecimentos com limpeza permanente.

Art. 12º. Permanece suspensa a realização de todos os eventos públicos ou particulares, de qualquer natureza, bem como a concessão de licenças ou alvarás, feiras livres, eventos esportivos de qualquer porte, missas e cultos, podendo as igrejas e templos permanecerem abertas.

Art. 13. Fica mantida a proibição de concentração e permanência em espaços públicos de uso coletivo como praças, ruas ou privados como casa de eventos ou shows;

Art. 14. Fica determinado o sistema de escala de trabalho, a ser definido no âmbito de cada secretaria, para os servidores públicos, a exceção dos servidores que se enquadrem no art. 2º deste decreto, que deverão permanecer em trabalho remoto.

§ 1º As secretarias deverão adotar as seguintes regras, no prazo de 7 (sete) dias a contar da publicação deste decreto, além de outras determinadas pela Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde:

I - fornecer máscaras e álcool em gel ou local para higienização das mãos para os servidores;

II - manter os sanitários constantemente higienizados e dispor de sabonete líquido, papel toalha e lixeiras;

III - manter a higienização interna e externa das secretarias com limpeza permanente;

IV - organizar filas para atendimento ao público com distanciamento de 2 (dois) metros entre as pessoas, por meio de marcação no solo ou uso de balizadores, interna e externamente, se necessário;

V - adotar o monitoramento diário de sinais e sintomas dos colaboradores/servidores.

§ 2º Confirmada a infecção ou a suspeita de contaminação pela COVID-19 ou outra doença, o servidor será imediatamente afastado de suas atividades laborais, devendo, posteriormente, fazer as comprovações necessárias junto a Administração Pública, sem prejuízo de sua remuneração;

Art. 15. Fica mantida a suspensão das aulas presenciais dos alunos de escola pública e privada até segunda ordem;

Art. 16. A fiscalização das medidas determinadas por esse decreto serão realizadas pela Vigilância Sanitária, Fiscalização Geral do Município, Polícia Militar;

I - a Polícia Militar do Estado do Maranhão fica autorizada a coibir, bem como coagir qualquer pessoa que descumprir as normas e regras estabelecidas neste Decreto.

Art. 17. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste decreto, as autoridades competentes deverão apurar as práticas das infrações administrativas, conforme o caso previsto nos incisos VII, VIII, X, XXIX, XXXI do art. 10 da Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977, bem como o ilícito penal previsto no art.268 do Código Penal.

§ 1º Sem prejuízo da sanção penal legalmente prevista, o descumprimento das regras disposta nesse decreto enseja a aplicação das sanções administrativas abaixo especificadas, prevista na Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977:

I- advertência;

II- multa;

III- interdição parcial ou total do estabelecimento.

§ 2º As sanções previstas no parágrafo anterior serão aplicadas pelo Secretário Municipal de Saúde ou por quem esse delegar competência, nos moldes do art. 14 da lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977.

Art. 18. Fica determinado toque de recolher a partir do dia 26 de maio de 2020 a 6 de junho de 2020, das 20 horas até às 5 horas do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório em território do Município de São Roberto, ficando terminantemente proibido a circulação de pessoas, exceto quando necessário para acesso aos serviços essenciais ou a sua prestação, comprovando-se a necessidade e urgência.

I - a locomoção no horário em que vigorar o toque de recolher deverá ser realizado pelo indivíduo, preferencialmente, de maneira individual, sem acompanhante.

II – em razão do toque de recolher, fica terminantemente proibida à circulação e permanência de pessoas nas praças públicas municipais, ruas e logradouros, objetivando evitar contatos e aglomerações.

III – poderá ocorrer apreensão de veículos e condução forçada de pessoas pelas autoridades, em decorrência do descumprimento.

IV – fica delegado, em caráter excepcional e pelos prazos constantes no *caput* do art. 18 deste Decreto à Polícia Militar do Estado do Maranhão os poderes de fiscalização pertencentes.

Art. 19. Todas as dúvidas referente às normas contidas nos Decretos Municipais de enfrentamento a COVID-19, serão respondidas pela Secretaria Municipal de Saúde, e os casos omissos resolvidos pelo Comitê de Enfrentamento ao COVID-19 no Município;

Art. 20. As determinações desse decreto poderão ser revistas a qualquer tempo, tornando-se mais rígidas, de acordo com as recomendações do Governo do Estado do Maranhão ou Ministério da Saúde.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor às 08h00min horas do dia 26 de maio de 2020, revogando disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Roberto, 25 de maio de 2020.

RAIMUNDO GOMES DE LIMA

Prefeito Municipal de São Roberto-MA.



**ESTADO DO MARANHÃO
DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL
PODER EXECUTIVO**



PRAÇA DOIS PODERES – CENTRO

CEP: 65.758-000

SÃO ROBERTO - MA

SITE:

www.saoroberto.ma.gov.br

**Raimundo Gomes de Lima
PREFEITO MUNICIPAL**

**Marleide de Oliveira Carneiro
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**